

**OLDAIR PETER BRITO DOS REIS BORGES**

**TEMA: SITUAÇÃO DESPORTIVA DO CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS  
ÓRGÃOS**

Jaws PDF Creator

EVALUATION

VALUTAZIONE

BACHARELATO EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
EVALUATION

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – ISE – 2006 –

EVALUACION

EVALUATION

**OLDAIR PETER BRITO DOS REIS BORGES**

**TEMA: SITUAÇÃO DESPORTIVA DO CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS  
ÓRGÃOS**

**TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO AO INSTITUTO SUPERIOR DE  
EDUCAÇÃO – ISE – PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE BACARELATO EM  
EDUCAÇÃO FÍSICA, SOB A ORIENTAÇÃO DO Sr. GRACIANO SENA**

**EVALUATION  
VALUTAZIONE  
EVALUATION  
BACHARELATO EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
EVALUACIÓN  
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – ISE – 2006 -  
EVALUATION**

# Jaws PDF Creator

EVALUATION  
VALUTAZIONE  
EVALUATION  
EVALUACIÓN  
EVALUATION

O JÚRI,

PRAIA, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

### AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais e a Deus pela saúde e coragem sentida para enfrentar as dificuldades deparadas ao longo do curso.

Agradeço:

- A todos que de uma forma ou outra contribuíram para a realização deste trabalho em especial ao meu orientador, **Sr. Craciano Sena**, pela sua contribuição na realização do trabalho.
- A minha família em especial as minha irmã e a minha Namorada, pelo apoio que deram na realização deste trabalho.
- Os meus colegas e amigos: **Valdmir Semedo, Nilton Rocha, Isaac Semedo, Nascimento Lopes, Janete Santos**, em fim a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram pela realização deste trabalho.
- Aos clubes e associações do concelho, às populações e a todos um muito obrigado.

# Jaws PDF Creator

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus Pais, à minha Filha e a toda população dos Órgãos.

EVALUATION  
VALUTAZIONE  
EVALUATION  
EVALUACIÓN  
EVALUATION

## INDÍCE GERAL

1. INTRODUÇÃO.....	9
--------------------	---

### Capítulo I

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA .....	10
-----------------------------	----

2. ABRANGÊNCIA DO DESPORTO.....	10
---------------------------------	----

2.1. DESPORTO .....	10
---------------------	----

2.1.1. DESPORTO PARA TODOS .....	11
----------------------------------	----

2.1.2. DESPORTO E OS SEUS VALORES.....	12
--	----

3. A POLÍTICA DESPORTIVA MUNICIPAL .....	13
--	----

4. SITUAÇÃO DESPORTIVA .....	15
------------------------------	----

4.1. CIRCUNSCRIÇÃO DOS ELEMENTOS DO DESPORTO.....	17
---	----

5. O PAPEL DAS AUTARQUIAS NO SISTEMA DESPORTIVO .....	20
---	----

6. ENQUADRAMENTO DAS AUTARQUIAS NACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO .....	21
---	----

6.1. COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL.....	23
--	----

7. VOCABULÁRIOS.....	24
----------------------	----

7.1. INFRA-ESTRUTURA DESPORTIVA.....	24
--------------------------------------	----

7.2. RECINTO DESPORTIVO.....	24
------------------------------	----

7.3. COMPLEXO DESPORTIVO .....	25
--------------------------------	----

7.4. INSTALAÇÃO DESPORTIVA.....	25
---------------------------------	----

7.5. GRANDES CAMPOS DE JOGOS.....	25
-----------------------------------	----

7.6. PEQUENOS CAMPOS.....	25
---------------------------	----

### Capítulo II

8. ASPECTOS GERAIS DA ILHA DE SANTIAGO.....	26
---	----

8.1. DISTRIBUIÇÃO DOS CONCELHOS E FREGUESIAS .....	27
--	----

9. CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS.....	28
---	----

9.1 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS .....	28
--	----

9.2. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO .....	29
---------------------------------------	----

9.3. DADOS GERAIS DA POPULAÇÃO .....	30
9.3.1. POPULAÇÃO ESCOLAR.....	30

### Capítulo III

10. METODOLOGIA.....	31
10.1. AMOSTRA.....	31
10.1.1. POPULAÇÃO EM ESTUDO .....	31
11. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	32
11.1. ESTRUTURAS DESPORTIVAS EXISTENTE NO CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS.....	32
11.2. QUESTIONÁRIOS AOS CLUBES .....	33
11.2.1. IDENTIFICAÇÕES DO CLUBE .....	33
11.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS CLUBES .....	34
11.2.3. FUTURAMENTE O CLUBE PRETENDE ADQUIRIR TÉCNICO COM FORMAÇÃO SUPERIOR.....	35
11.2.4. QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS DO CLUBE .....	36
11.2.5. O QUE FAZ O CLUBE PARA O SEU DESENVOLVIMENTO.....	36
11.2.6. QUAIS SÃO OS FACTORES QUE IMPEDIRAM O CLUBE EM ALCANÇAR MELHORES RESULTADOS .....	37
11.2.7. QUAIS AS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA OS CLUBES .....	38
11.3. QUESTIONÁRIO ÀS ASSOCIAÇÕES.....	38
11.3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES.....	38
11.3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES .....	39
11.3.3. FUTURAMENTE A ASSOCIAÇÃO PRETENDE ADQUIRIR TÉCNICO COM FORMAÇÃO SUPERIOR.....	39
11.3.3. QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS DA ASSOCIAÇÃO .....	40
11.3.4. O QUE FAZ A ASSOCIAÇÃO PARA O SEU DESENVOLVIMENTO .....	40
11.3.5. QUAIS SÃO OS FACTORES QUE IMPEDIRAM A ASSOCIAÇÃO EM ALCANÇAR MELHORES RESULTADOS.....	41
11.3.6. QUAIS AS PRINCIPAIS FONTE DE FINANCIAMENTO.....	41
12. POPULAÇÃO .....	42

12.1. IDADE.....	42
12.2. GÉNERO.....	43
12.3. PRÁTICA DESPORTO.....	43
12.4. RAZÕES QUE LEVARAM A NÃO PRATICAR DESPORTO (quadro 10).....	44
12.5. QUE MODALIDADE GOSTARIA DE PRATICAR.....	44
12.6. QUE MODALIDADE GOSTARIA DE VER DESENVOLVIDA NO CONCELHO.....	45
12.7. PORQUE RAZÃO PRÁTICA DESPORTO.....	46
12.8. PRÁTICA DESPORTO.....	47
12.9. PERTENCE A ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE CARÁCTER DESPORTIVO.....	47
12.10. ONDE PRÁTICA DESPORTO.....	48
12.11. COMO MUNÍCIPE QUE ESPERA DA CÂMARA MUNICIPAL.....	48
<b>Capítulo V</b>	
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
13.1. CONCLUSÃO.....	50
14. RECOMENDAÇÕES.....	52
15. BIBLIOGRAFIA.....	54
ANEXOS.....	56

## ÍNDICE DE GRÁFICO

1. ESTRUTURAS DESPORTIVAS EXISTENTE NO CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
2. FUTURAMENTE O CLUBE PRETENDE ADQUIRIR TÉCNICO COM FORMAÇÃO SUPERIOR.....	35
3. QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS DO CLUBE.....	36
4. O QUE FAZ O CLUBE PARA O SEU DESENVOLVIMENTO.....	36
5. QUAIS SÃO OS FACTORES QUE IMPEDIRAM O CLUBE EM ALCANÇAR MELHORES RESULTADOS.....	37
6. QUAIS AS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA OS CLUBES.....	38



7. FUTURAMENTE A ASSOCIAÇÃO PRETENDE ADQUIRIR TÉCNICO COM FORMAÇÃO SUPERIOR.....	39
8. QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS DA ASSOCIAÇÃO.....	40
9. O QUE FAZ A ASSOCIAÇÃO PARA O SEU DESENVOLVIMENTO .....	40
10. QUAIS SÃO OS FACTORES QUE IMPEDIRAM A ASSOCIAÇÃO EM ALCANÇAR MELHORES RESULTADOS.....	41
11. QUAIS AS PRINCIPAIS FONTE DE FINANCIAMENTO .....	41
12. IDADE.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
13. GÉNERO.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>

## ÍNDICE DE QUADRO

1. OFERTILIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO DESPORTO.....	17
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CONCELHOS E FREGUESIAS .....	27
3. ESTRUTURAS DESPORTIVAS EXISTENTE NO CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS.....	32
4. IDENTIFICAÇÕES DOS CLUBES.....	33
5. CARACTERIZAÇÃO DOS CLUBES .....	34
6. IDENTIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES.....	38
7. CARACTERIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES.....	39
8. IDADE.....	42
9. GÉNERO.....	43
10. PRÁTICA DESPORTO .....	43
11. QUE MODALIDADE GOSTARIA DE PRATICAR .....	44
12. QUE MODALIDADE GOSTARIA DE VER DESENVOLVIDA NO CONCELHO.....	45
13. PORQUE RAZÃO PRÁTICA DESPORTO.....	46
14. PRÁTICA DESPORTO .....	47
15. PERTENCE A ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE CARÁCTER DESPORTIVO.....	47
16. ONDE PRÁTICA DESPORTO .....	48
17. COMO MUNÍCIPE O QUE ESPERA DA CÂMARA MUNICIPAL .....	48

## 1. INTRODUÇÃO

O desporto constitui um dos fenómenos sociais com maior impacto nos nossos dias. A sua prática, representa uma importante fonte de valorização das pessoas e melhoria da qualidade de vida. Por isso internacionalmente a prática da educação física e do desporto como um direito fundamental das populações, mas também como elementos essenciais da educação e da cultura no desenvolvimento das aptidões, visando à inclusão social e o pleno desenvolvimento das suas capacidades individuais. Pires (1995), afirma que, não há outra actividade de igual valor económico, social, cultural, político e educacional.

Senão a actividade física e desportiva, um meio importante para o melhoramento da qualidade de vida, torna-se oportuno para as autarquias locais, em cooperação com outras entidades, realizar acções de forma a promover o desporto, ou seja, possibilitar o acesso a prática desportiva de acordo com as necessidades e motivações das suas populações. As políticas desportivas devem ser estruturadas no sentido de satisfazer as necessidades e aspirações mas sempre de acordo com as características dos cidadãos.

Neste sentido, o que se pretende com este trabalho é o levantamento e caracterização da situação desportiva do concelho de São Lourenço dos Órgãos, identificar que tipo de actividades é praticada no concelho, identificar as condições das instalações desportivas utilizadas, analisar quais as fontes de financiamento, identificar que tipo de intervenções possíveis à autarquia local, melhorar os níveis educação física e desporto no concelho. Fazendo um levantamento dos elementos desportivo existentes nesta região, para a conhecer o actual estado de desenvolvimento desportivo como forma de contribuir para a formulação de políticas desportivas e para o próprio desenvolvimento do concelho.

## Capítulo I

### FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

#### 2. ABRANGÊNCIA DO DESPORTO

##### 2.1. DESPORTO

A prática desportiva é algo de ancestral, desde os primórdios da civilização humana que são conhecidas as mais diversificadas práticas, sempre com uma grande ligação aos aspectos culturais dos povos.

Como é visível o desporto tem nas sociedades um papel insubstituível, fundamental para o desenvolvimento harmonioso e não é por mero acaso que está consagrado abordado na constituição.

Sendo desporto, uma prática fundamental, pois deve ser encarado como elo de integração social; ocupação de tempos livre; educação; reabilitação física; manutenção da saúde física e entre outros benefícios, o equilíbrio mental. Também será conveniente referir que não têm sido poucos os casos em que a prática desportiva esteve na origem da integração social, de quem então se encontrava absolutamente desintegrado sem perspectivas e sem horizontes, absolutamente desorientado da sociedade.

O desporto deve ser ainda considerado como veículo de sensibilização das entidades oficiais e particulares da população em geral assim como das próprias pessoas com deficiência. São vários os exemplos da capacidade que os eventos desportivos têm para surpreender pela positiva muitos dos tabus sociais que ainda hoje proliferam nas sociedades em relação às pessoas com imperfeições, havendo situações de atletas que através da prática desportiva conseguiram demonstrar as suas potencialidades levando à obtenção de emprego.

O desporto tem trazido à sociedade uma nova imagem, um novo conceito em relação às pessoas portadoras de deficiência, pois se estes cidadãos têm capacidades para essa actividade, embora nalguns casos devidamente adaptada, porque não terão noutras vertentes como no ensino, emprego, cultura, entre outras.

A actividade desportiva, pode ser encarada nas diversas perspectivas: lazer; manutenção e competição visando o alto rendimento, possibilitando desta forma que cada um possa fazer as opções que melhor se enquadram nos seus anseios e necessidades sem que se sinta coagido a desenvolver um determinado tipo de desporto, não tanto por vontade própria mas sim reflexo de um reduzido leque de alternativas.

### 2.1.1. DESPORTO PARA TODOS

O desporto, como conceito e como prática, envolve organização e a mesma tem o trabalho para a sociedade, contribuindo assim, para que os indivíduos que fazem parte do mesmo, o assumam de modo a que os seus princípios e valores, caracterizam uma ordem natural que fundamenta a existência social.

O processo de desenvolvimento em que o desporto se encontra não pode deixar de ser visto como um acesso a bens e serviços, como meio de satisfação de necessidades básicas, como qualidade de vida. Não restam dúvidas que a prática desportiva é uma necessidade sentida por todos, capaz de redimensionar a motoria e combater o vício e o ócio.

As questões relativas ao desporto e à sua prática podem encarar-se de duas formas distintas, por um lado, a importância da massificação da prática desportiva e por outro, a competitividade ao nível desportivo.

Em ambos os casos as associações desportivas desempenham um papel importante, embora em relação à massificação desportiva, nem sempre sejam o agente mais importante.

Embora como filosofia, o acesso às associações desportivas e recreativas sejam dirigido à generalidade da população residente, o que se verifica na prática é que o acesso às modalidades desportivas acaba por ser bastante restrito, com vista à competitividade das equipas.

Tendo em atenção o papel fundamental das associações no que se refere à divulgação e à prática das modalidades desportivas e recreativas, deparamo-nos com uma situação de confronto entre a necessidade de massificar, entendida como a diversificação e

espontaneidade de actividades e espaços, com o desejo de aumento da competitividade de grande parte dos associados.

Se as associações desportivas e recreativas tiveram como objectivo a competitividade, a medida de acção que deverão ter em primeiro lugar será a formação.

A competitividade assume-se aqui como instrumento de visibilidade e promoção de um grupo e do seu território, que marca a diferença em relação a outros grupos e territórios e que, como tal, tem efeitos de atractividade sobre estes.

Tal como em qualquer outro ambiente também nos campos desportivos e recreativos a competitividade exige aquisição de conhecimentos, e aí entra a formação, pois é através da formação que são adquiridos esses mesmos conhecimentos.

Por outro lado, a formação é exigida à definição da própria personalidade do indivíduo e, como tal, deve fazer parte do seu programa de formação básico, o que implica a sua assunção desde a tenra idade.

É de se dizer que a flexibilidade das organizações desportivas, o carácter sedutor e atractivo das instalações desportivas devem estimular e atrair a participação de todos os quantos tiverem interessados, toda a população sem nenhuma exclusão.

## EVALUATION

### 2.1.2. DESPORTO E OS SEUS VALORES

As práticas desportivas têm vindo a revelar-se com o caminhar dos tempos uma difusão e importância social cada vez maior, alcançando assim, o desporto, uma expansão universal, tornando-se este num dos fenómenos sociais mais importantes dos nossos tempos.

Considera-se que a prática de actividades desportivas pode constituir-se como um factor determinante de influência na melhoria da saúde das crianças e jovens alunos, contribuindo decisivamente para a aquisição de hábitos de vida activa e estilos de vida saudável, ao longo da vida.

O desenvolvimento da cidadania, visa de promover a integração dos praticantes na sociedade, no respeito pelos seus princípios, leis e valores, em autonomia, ou seja, de forma conjugada com os princípios, regras e valores de cada um. É indiscutível o elevadíssimo potencial de socialização que a prática dos jogos desportivos encerra, pela possibilidade de expressão de sentimentos de emoção, prazer e risco controlado; de adopção de comportamentos autónomas, responsabilidade e sentido crítico; de criação de ambientes de

comunicação e de cooperação, no sentido do desenvolvimento da auto-estima e do sentimento de pertença a um grupo.

No âmbito do desporto surge a socialização, inicialmente entre os próprios elites sociais e mais tarde entre a classe trabalhadora. Nas origens do desporto foi concebido como uma prática de classe exclusiva, com um carácter recreativo e dotado com uma marca ética de comportamento adaptada ao contexto moral e as necessidades ideológicas e sócio – políticas das classes dominantes.

Segundo Cunha (2003) devemos aceitar que todas as modalidades desportivas, bem como todas as actividades físicas e motoras, contribuem para a formação da motricidade, da cultura motora e desportiva dos cidadãos.

### 3. A POLÍTICA DESPORTIVA MUNICIPAL

Segundo Constantino (1999) a política desportiva define-se com a seguinte afirmação: o desporto é um direito do cidadão, os clubes e as colectividades desportivas, as entidades vocacionadas para garantir o exercício desse direito.

A política desportiva municipal a cada dia que passa retém uma maior importância no contexto político global.

O desporto assina-se como uma das actividades principais da nossa sociedade, que actualmente capta grande parte da população quer seja através da prática quer como simplesmente meros espectadores da mesma.

O desporto encontra-se então numa fase de crescimento e desenvolvimento. A este encontram-se ligados diversos factores, tanto económicos, tanto os factores políticos, como sociais e mesmos humanos que favorecem e levam a esse mesmo desenvolvimento. Com a existência desses factores temos a importância dada à população para a necessidade de melhorar a qualidade de vida, com a preocupação fundamental a saúde, principalmente no que diz respeito a prevenções das doenças. São estes factores os quais a política desportiva municipal deve ter em conta para a promoção e desenvolvimento das actividades Desportivas.

Segundo Cunha (2003) o objectivo final da política desportiva, é o de aumentar o número de praticantes e consequentemente o nível desportivo.

A política desportiva Municipal deve dar resposta às necessidades da população, logo torna-se importante conhecer as reais necessidades da população, portanto fazer uma prospecção dessas necessidades, tendo em atenção que estas não são dadas, a maior parte das vezes directamente e nem claramente. Ao mesmo tempo deve-se verificar onde se encontram as carências dos munícipes no âmbito do Desporto. A organização das actividades só deve ocorrer após feita essa mesma análise, para que assim se possa adequar, dentro do possível, a oferta às necessidades reais dos munícipes. A realização de uma actividade deve ser então o último passo a dar, sendo primeiro necessário um estudo prévio e exaustivo da realidade desportiva do município, para que assim essa actividade tenha êxito pretendido.

Neste sentido Povill (1993), afirma que, o município deve desenvolver perante as suas competências, uma adequada promoção desportiva para que possa assim assegurar uma melhor qualidade de vida para a população e ocupar eficazmente o tempo livre da população.

Por sua vez, Constantino (1999), faz referência a alguns pontos que servem de orientações, como se pode protagonizar a intervenção das autarquias no desenvolvimento desportivo local:

- Uma atenção muito particular à Educação Física no ensino básico;
- Uma política de cooperação com o Ministério da Educação no âmbito da prática do desporto escolar;
- Criação, desenvolvimento e apoio a projectos que induzam o cidadão a uma prática regular das actividades físicas e desportivas, numa perspectiva de saúde e bem-estar;
- Apoio a projectos de alargamento de prática desportiva a cidadãos portadores de deficiência;
- Criação, desenvolvimento e apoio a projectos que suscitem o interesse dos idosos numa prática física na perspectiva de manutenção da sua condição física;
- Criação e apoio nos projectos que ocupem os jovens nos tempos livres, designadamente nos feriados escolares;
- Apoio a projectos que numa perspectiva de desporto para todos, ofereçam à população de modo acessível e com carácter regular, possibilidades de prática desportiva;

- Criação de infra-estruturas com impacto directo sobre o crescimento desportivo.

A partir desses tópicos torna-se possível estruturar a política desportiva municipal na base do que se considera ser a preocupação central das autarquias locais, ou seja, aproximar o desporto dos cidadãos.

Os municípios devem entender o desporto como um verdadeiro serviço público que se presta aos munícipes, pelo que é indispensável uma adequada estrutura orgânica e técnica de suporte, com os respectivos meios humanos, técnicos e materiais.

O planeamento da prática desportiva nos municípios não deve ser um inventário ou listagem de acções pontuais e sem consequência, mais sim responder às realidades dos concelhos, solicitar a participação das populações.

A criação do plano desportivo municipal deve constituir um dos aspectos do plano de desenvolvimento do município a qual deve definir estratégias, determinar os meios a mobilizar e determinar as fases de execução.

#### 4. SITUAÇÃO DESPORTIVA

Segundo Pires (1983) a situação desportiva define-se como algo que permite conhecer, analisar e compreender o estado de um dado contexto desportivo, identifica os múltiplos elementos que, num dado momento, o caracterizam, e o seu balanço, o inventário na data precisa, é a contabilidade analítica das práticas desportivas, isto a medida das existências e dos fluxos internos dos bens (materiais e imateriais) e dos serviços que caracterizam o sistema desportivo, tal como Castejon (1977) citado por Pires “*a visão analítica e funcional do mundo desportivo*”.

Analítica porque caracteriza os diversos elementos do mundo do desporto. Funcional porque na fase de análise possibilita estabelecer um conjunto de rácios necessários à compreensão do sistema desportivo e úteis ao planeamento e à programação de projectos.

Conhecer a situação de um dado contexto desportivo, é uma importante base de sustentação de políticas e dos projectos desportivos.

Contudo, compete à administração pública local identificar carências e corrigir assimetrias no sentido de melhor poder afectar recursos e potencializar oportunidades, de forma a saber aonde está e para onde deseja ou pode ir.



Para Pires (1983) a situação desportiva é constituída por vários elementos, as suas unidades mais simples. O número desses elementos tem vindo a aumentar em função da própria evolução e complexidade do mundo do desporto.

Esses elementos podem ser agrupados, em três espécies que caracterizam e explicam uma dada situação desportiva. Sendo os elementos agrupados em:

- Elementos desportivos;
- Elementos extradesportivos;
- Elementos paradesportivos.

O interesse desta distinção dos elementos tem a ver com a necessidade de se organizar, de uma forma racional, o processo de planeamento. Pires, (1983), define os elementos desportivos como todo o que esteja directamente relacionado com o mundo do desporto. São eles os praticantes, os treinadores, professores de educação física, as instalações, os equipamentos, a legislação, as actividades, etc. E sobre esses elementos o gestor desportivo deve exercer a sua acção, através de processo que visam a melhoria quantitativa e/ou qualitativa de uma dada situação desportiva.

Também os elementos extradesportivos são de ter em consideração e normalmente constituem todos aqueles organismos, aspectos ou condições que influenciam, de forma directa ou indirecta, positiva ou negativamente, no desenvolvimento da prática desportiva. Sendo neste caso como as condições económicas, as condições climáticas, configuração geográfica, as condições anatómicas e fisiológicas da população, os hábitos culturais e religiosos entre outros.

Esses fenómenos muitas vezes são incontroláveis e difícil de modificar, pelo menos a curto prazo, o gestor desportivo tem de os considerar e construir uma política desportiva tendo em vista cada caso, de acordo com eles.

Os elementos paradesportivos são constituídos por todos elementos embora neutros em relação ao processo desportivo, podem ser solicitados a intervir, quer de uma forma directa, quer de uma forma indirecta, são os bombeiros, a família, as empresas de publicidade entre outros.

Em determinadas circunstâncias, os elementos paradesportivo podem passar a ser elementos desportivos, como é o caso dos bombeiros quando começam a intervir, de uma forma directa no mundo do desporto, ou um espaço natural que foi organizado de forma a poder suportar actividades desportivas de uma forma sistemática.

#### 4.1. ORGANIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO DESPORTO

Para Pires (1983) os elementos do desporto, para além de serem categorizados em desportivos, extradesportivos e paradesportivos, podem também, ser organizados por quadros, tal como o quadro nº 1 nos mostra, para que assim se possa existir uma melhor gestão desportiva desses mesmos elementos, sendo estes quadros: físicos, políticos, económicos, sociais, culturais, humanos, materiais, orgânicos, normativos e actividades.

Quadros	Desportivos	Apoio	Condicionante
	Elementos		
	Desportivos	Paradesportivos	Extradesportivos
<b>Físicos</b>	Geografia; relevo; temperatura; precipitação; horas/sol; montanha; planície; interior; litoral...		
<b>Políticos</b>	Factores de desenvolvimento do desporto	Saúde, trabalho; juventude	Constituição; leis; programa do governo; relações exteriores...
<b>Económicos</b>	Recitas; despesas...	Políticas nacionais e regionais	rendimento “per-capita”; consumo das famílias...
<b>Sociais</b>	Seguro desportivo; apoio médico; apoio alta competição...	Apoio médico; formação e progresso do ensino; saúde...	Sistema educativo, sistema de saúde; política emprego...
<b>Culturais</b>	Hábitos desportivos e culturais; atitudes sociais; sistema de valores; memória; histórias de desporto.		
<b>Humanos</b>	Praticantes; clubes; treinadores; dirigentes; professores; gestores...	Especialistas de diversas actividades profissionais...	População; estrutura etária, social, profissional...

<b>Materiais</b>	Instalações naturais, semi-naturais e artificiais; equipamentos; livros	Parques naturais; rios; praias; ruas...	Equipamentos sociais diversos: transportes; saúde; educação....
<b>Orgânicos</b>	Públicas; privados com fins lucrativos; privados sem fins lucrativos...	Agências de publicidade; empresas comerciais; média...	Empresas comerciais e industriais...
<b>Normativos</b>	Legislação desportiva, normas, regras; estatutos...	Legislação específica...	Legislação geral aplicável ao desporto
<b>Actividades</b>	Ensino, competições, fazer aventura, saúde, beleza, quadros competitivos, espectáculo, projectos especiais		

*Quadro nº 1 Situação desportiva (adaptado de Pires G. (1995))*

De acordo com Cunha (1993), a análise da situação desportiva de uma determinada região passa necessariamente pela situação de partida existente, para depois se poder idealizar o futuro desportivo. A situação desportiva ao ser definida como uma visão analítica e funcional do mundo do desporto identifica os múltiplos aspectos (elementos) que num dado momento o caracterizam. Conhecer e posteriormente avaliar estes elementos, será tarefa que julgamos importante, em especial dos agentes desportivos colocados nos mais diversos níveis de intervenção, no sentido de determinar opções, estabelecer objectivos e definir prioridades, no sentido da valorização e qualidade do sistema.

Desta forma e de modo a valorizar e porque não dizer, desenvolver o sistema em causa, deve-se sempre considerar os seguintes factores de desenvolvimento desportivo, considerando uma hierarquia correcta como aqui apresentada por Pires, (1993):

- Orgânica: representa o conjunto de organismos nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais que confisuram, enquadram e animam o sistema desportivo;
- Actividades: conjunto de práticas desportivas condicionadas e determinadas socialmente. Estas actividades assumem a forma de diversas modalidades desportivas

podendo cada uma delas ter uma dinâmica organizacional formal, não formal e informal;

- Instalações: são as infra-estruturas desportivas artificiais, destinadas à prática desportiva;
- Marketing: acção de promover as actividades desportivas para que possam aderir um maior número de indivíduos possível, à sua prática;
- Equipamentos: todos os equipamentos leves e pesados, individuais e colectivos necessários à prática desportiva;
- Formação: valorização técnica para melhorar o desempenho dos quadros humanos intervenientes no sistema desportivo;

• Documentação/Informação: é a produção editorial que divulga aquilo que vai acontecendo nos restantes domínios de desenvolvimento;

- Quadros Humanos: os indivíduos que intervêm, animam e dão sentido ao processo de desenvolvimento desportivo (praticantes, técnicos, dirigentes e espectadores);
- Financiamentos: como o montante dos recursos monetários colocados à disposição do desporto;
- Legislação: conjunto das leis que enquadram, regulam e configuram o sistema desportivo;
- Gestão: aqui consideramos dois planos de intervenção: Um, que tem a ver, fundamentalmente, com as práticas desportivas, a ser exercido pelos técnicos. Outro, mais administrativo, de suporte às práticas desportivas que pode ser exercido por técnicos alheios ao sistema desportivo.

## 5. O PAPEL DAS AUTARQUIAS NO SISTEMA DESPORTIVO

Segundo Constantino (1999), esse papel não pode deixar de ser ou de se assumir como entidade propiciadora e estimuladora do aumento da oferta de condições que permitam à generalidade dos cidadãos o acesso a formas qualificadas de prática do desporto, aumentando os respectivos níveis de participação e frequência nas actividades desportivas. Trata-se não apenas de medidas políticas que tenham impacto directo sobre o crescimento desportivo local mas, em simultâneo, uma melhoria dos níveis da actividade desportiva. E não dispensa também de uma acrescida atenção aos novos sinais dos tempos, de modo a ser possível adequar permanentemente as políticas desportivas locais ao que são as necessidades e expectativas dos cidadãos e as mutações que se estão a verificar no âmbito das modalidades desportivas, nas formas de as organizar e praticar.

É neste quadro que as autarquias locais não podem deixar, igualmente de sentir vinculadas e responsabilizadas pela crescente importância dada nas sociedades modernas à procura das actividades físicas e desportivas como factor de promoção da saúde, do bem-estar da qualidade de vida dos cidadãos.

As consequências a retirar desta constatação obrigaram a centrar a lógica do trabalho autárquico mais nos cidadãos e menos no espectáculo desportivo.

O desafio que se coloca às autarquias locais é o de conseguirem que as respectivas populações adquiram um estilo de vida activo onde o exercício e o desporto sejam considerados como um meio indispensável de valorização individual e colectivo.

As autarquias locais são exigidas cada vez mais na oferta de condições de prática do desporto à disposição dos cidadãos, a par, igualmente, de um maior envolvimento e apoio a organismos, entidades e agentes vocacionados para este tipo de acções. Mas o fundamental é a criação de uma onda de envolvimento e comunicação com as populações, em que a mensagem da actividade física do desporto esteja permanentemente associada à cultura do tempo livre, à manutenção da condição física, à saúde individual, à valorização da qualidade de vida e promoção do bem-estar.

O desporto como direito do cidadão, direito a ser exercido requererá uma grande aposta das autarquias no sentido de dotarem os sistemas desportivos locais das condições de exercício desse direito. É a sociedade democrática e a lógica humanística que lhe está inerente, que requerem condições de igualdade no acesso à prática do desporto.

As autarquias têm a responsabilidade directa no desenvolvimento do desporto e por consequência na definição de uma política adequada.

O papel fundamental da autarquia é de promover a melhoria das condições de vida da população. O desporto desde que devidamente orientado constitui um importante contributo para o progresso social e para o desenvolvimento integrado duma região.

## **6. ENQUADRAMENTO DAS AUTARQUIAS NACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO**

As autarquias representam em Cabo Verde as estruturas do poder mais directamente ligadas ao quotidiano das populações.

Tal facto, decorre da situação de serem os terminais do aparelho do estado mais próximos dos problemas sentidos e vividos pelas populações. Como estrutura administrativa local a autarquia tem em melhores condições de contacto para dar soluções adequadas a esses problemas, quer intervindo directamente nas suas soluções quer representando a população junto dos outros órgãos do poder.

O desenvolvimento do desporto baseado na combinação de factor quantitativo que é traduzido no aumento de praticantes desportivos, construção de infra-estruturas desportivas e mais recursos financeiros com factor qualitativo avaliado na melhoria das condições das instalações desportivas, meios técnicos, dos recursos humanos, das condições higiene e sanitárias, das condições de aprendizagem, dos valores éticos e culturais são exigências que, hoje em dia, o poder local não pode deixar de cumprir.

No nosso país, independentemente das constantes reivindicações da massa associativa, dos profissionais ligado à área da Educação Física e do Desporto é a própria lei que estipula quais são as principais responsabilidades da administração (Central e Local) no sector desportivo.

No quadro da legislação encontramos o Decreto-lei nº 225/99, de 23 de Novembro, que estipula a Organização e Funcionamento dos Municípios.

O Decreto-lei nº 79/99, no artigo 2 prevê alguns aspectos importantes e diz-nos que: Para garantir o direito à cultura física e ao desporto, aos poderes públicos em colaboração com as associações, colectividades desportivas, escolas e demais agentes desportivos incumbe designadamente:

- Estimular a formação de associações e colectividades desportivas;
- Promover a infra-estruturas desportiva do país;

- Estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto;
- Prevenir a violência no desporto.

O mesmo Decreto-Lei, 74º, alínea 3, sobre direitos dos jovens, estabelece:

- Para garantir os direitos dos jovens, a sociedade e os poderes públicos fomentam e apoiam as organizações juvenis para a prossecução de fins culturais, artísticos, recreativos, desportivos e educacionais.

Independentemente do quadro legal existente as autarquias locais contam ainda com importantes recomendações saídas das jornadas de reflexões sobre o desporto e outros eventos desportivos realizados, que apontam formação de quadros, em especial animadores desportivos e, apoio e incentivos à realização de manifestações desportivas.

Entretanto de uma forma geral existe poucas grandes questões relativas à cultura física e ao desporto, compete ao estado a responsabilidade de promover, estimular e orientar a sua prática ficando assim as autarquias locais com um certo poder de intervenção.

Assim sendo, as autarquias têm o seu papel, na procura de soluções para os problemas desportivos, quer seja na solução directa, quer seja assumir soluções junto de outros órgãos do poder central.

Em Cabo Verde apesar da existência de instrumentos legais verifica-se que o desporto nos concelhos não atinge determinados grupos da população referimo-nos aqueles que estão desenquadrados das tradicionais vias de acesso à prática do desporto (crianças, mulheres, idosos, deficientes).

Ao nosso ver, as grandes dificuldades residem no seio dos principais intervenientes do sistema desportivo, na forma de estipular os objectivos, na optimização dos recursos disponíveis e essencialmente na oferta diferenciada do desporto para todos, enquadrado à realidade nacional local e/ou regional.

A nível das autarquias locais somos da opinião de que toda a intervenção deverá acatar medidas estratégicas de uma política desportiva previamente definida e que podem abranger a seguinte questão:

- Generalização e a democratização de práticas desportivas ou seja adoptarem a política de acessibilidade aos mais variados grupos etários e sociais da população.

Esse princípio político de generalização e democratização do acesso à prática do desporto pode identificar-se nas seguintes direcções fundamentais:

- Uma atenção muito particular à educação física e desporto nas escolas.
- Criação, desenvolvimento e apoio a projectos que induzam o cidadão a uma prática regular da actividade física desportiva, numa perspectiva de saúde e de bem-estar.
- Apoio a projectos que perspectivam o desenvolvimento do desporto para todos e que ofereçam à população de modo acessível e com carácter regular, possibilidades de prática desportiva.
- Criação de Infra-estruturas desportivas que dêem respostas ao rápido desenvolvimento social e urbano. Para tal supõe um adequado planeamento e programação com capacidade de responder simultaneamente situações – tipos: escolas; clubes; associações desportivas formais e informais e simples cidadão etc.

Memoria de qualidade das actividades desportivas que é considerada por muitos uma imposição para alcançar o desenvolvimento desportivo quando não de preferencialmente

- As condições técnicas; ambientais; sanitárias e pedagógicas.

Essas preocupações deverão traduzir entre outras as seguintes medidas concretas:

- Programas de promoção do espírito desportivo;
- Campanhas promocionais sobre o desporto como factor de bem-estar do cidadão;
- Valorização dos recursos humanos do associativismo desportivo;
- Apoio à acção de formação dirigidos a dirigentes, quadros técnicos e treinadores.

## 6.1 COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

Desde sempre o desporto surgiu e evoluiu como prática autónoma ao estado.

Hoje em dia as modernas políticas dos estados começaram a integrar o desporto como um serviço uma prestação social e o cidadão acalou por ganhar direito ao desporto.

Assim, as expectativas, necessidades, os gostos e as motivações dos diferentes grupos sociais e etários da população supõem uma intervenção significativa da administração pública (Central e Local), e essa intervenção deve ser na base da conjugação de esforço, solidariedade, articulação e harmonia de todos os intervenientes do sistema desportivo.

*Situação Desportiva do Concelho de São Lourenço dos Órgãos*

*Oldair Borges*



Isto supõe uma verdadeira política de cooperação com a sociedade civil e que pode ser estabelecido como factor estratégico a seguintes linhas de orientações:

- Apoio ao associativismo desportivo no plano da manutenção de actividades desportivas, beneficiação e melhoramento das instalações desportivas;
- Elaboração de um critério de apoio à organização desportiva que visa essencialmente promover a imagem do desporto no concelho;
- Criação de um serviço de gestão e administração desportiva, a aplicação de uma política de desenvolvimento desportivo, necessita ele uma estrutura técnica suficientemente dimensionada.

Jaws PDF Creator

## 7. VOCABULÁRIOS

### 7.1. INFRA-ESTRUTURA DESPORTIVA

É um conjunto de materiais, quer eles sejam naturais, artificiais e mesmo semi-naturais necessários ao desenvolvimento das actividades desportivas. Estas são compostas pelas instalações naturais e semi-naturais.

### 7.2. RECINTO DESPORTIVO

Recinto desportivo é toda a área artificial de prática desportiva. Ou seja, é um espaço limitado por barreiras compreendidas, dentro de certos limites.

### 7.3. COMPLEXO DESPORTIVO

Conjunto de instalações desportivas de diferentes tipos, localizados dentro do mesmo espaço.

### 7.4. INSTALAÇÃO DESPORTIVA

As instalações desportivas são infra-estruturas artificiais constituídas por áreas especiais ou seja recintos desportivos, podendo ser estes cobertos ou ao ar livre, sendo estes destinados à prática desportiva. Para além desse mesmo recinto a instalação desportiva deverá ser composta, também, por unidades de apoio à prática, tais como arrecadações de materiais, balneários e vestiários e poderá ter também um local reservado para espectadores. A identificação e o registo desses mesmos espaços são meios para a ordenação do espaço dos respectivos territórios dentro da perspectiva desportiva. A grande abundância ou não de instalação desportiva num território, a sua acessibilidade e o tipo de oferta, pode ser um meio para identificar qual a vocação preferencial em termos desportivos de uma região.

### 7.5. GRANDES CAMPOS DE JOGOS

São todos os tipos de instalações desportivas que se destinam à prática de futebol de onze.

### 7.6. PEQUENOS CAMPOS

Representam todas as instalações desportivas descobertas nas quais se pratica o futebol de cinco, andebol, basquetebol, voleibol, ténis e entre outras modalidades.

## Capítulo II

### 8. ASPECTOS GERAIS DA ILHA DE SANTIAGO

Santiago, a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, está localizada na região Sul do país, pertencendo ao grupo das ilhas de sotavento, entre os paralelos 14°50” e 15°20” de latitude Norte e entre os meridianos 23°50” e 23°20” de longitude Oeste de Greenwich.

O clima da ilha de Santiago apresenta características semelhantes ao país, marcado fundamentalmente pela sua aridez semi-árida, com uma temperatura média anual de 25°C e irregularidade de precipitação.

Duas estações definem o clima de Santiago:

A estação seca ou “o tempo das crises”, que vai de Dezembro a Junho, e a estação das chuvas ou “tempo das águas”, que vai de Agosto a Outubro. Os meses de Novembro e Julho são considerados de transição.

O aspecto montanhoso da ilha influencia muito o clima; contudo, a influência do relevo e a sua exposição em relação aos ventos dominantes fazem com que haja uma enorme oscilação climática regional, nomeadamente a aridez no litoral, a humidade e a vegetação nos pontos mais altos, precipitação na vertente oriental e escassez de humidade na vertente ocidental.

À medida que se desloca para o interior, o clima árido do litoral passa a semi-árido e, por fim, a húmido.

A ilha tem uma área de 991Km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 25% da área total do arquipélago. Tem forma alongada na direcção Norte-Sul, com um comprimento máximo de 55Km, entre a ponta Moreia, a Norte, e a Ponta Mulher Branca, a Sul, e uma largura máxima de 29Km entre a Ponta Janela, a Oeste, e a Ponta Praia Baixo, a Este.

A ilha encontra-se dividida em seis concelhos e três comissões instaladoras:

- Concelho da Praia

- Comissão instaladora Ribeira Grande de Santiago
- Concelho de São Domingos
- Concelho de Santa Cruz
- Comissão instaladora de São Lourenço dos Órgãos
- Comissão instaladora de São Salvador do Mundo
- Concelho de Santa Catarina
- Concelho de São Miguel
- Concelho do Tarrafal

### 8.1. DISTRIBUIÇÃO DOS CONCELHOS E FREGUESIAS

Concelho/Comissões Instaladoras	Área (Km <sup>2</sup> )	Freguesias
Praia	258,1Km <sup>2</sup>	N <sup>ssa</sup> Senhora da Graça
Ribeira Grande de Santiago	16,4Km <sup>2</sup>	Santíssimo Nome de Jesus S. João Baptista
São Domingos	137,6Km <sup>2</sup>	S. Nicolau Tolentino N <sup>ssa</sup> Senhora da Luz
Santa Cruz	149,5Km <sup>2</sup>	São Tiago maior
São Lourenço dos Órgãos	79,7 Km <sup>2</sup>	S. Lourenço dos Órgãos
Santa Catarina	242,9Km <sup>2</sup>	Santa Catarina
São Salvador do Mundo	28,7 Km <sup>2</sup>	S. Salvador do Mundo
São Miguel	90,7Km <sup>2</sup>	S. Miguel Arcanjo
Tarrafal	112,4Km <sup>2</sup>	Santo Amaro Abade

Quadro n.º 2 distribuição dos concelhos e freguesias.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

## 9. CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS

### 9.1 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS

O concelho de São Lourenço dos Órgãos, é um dos mais antigos da ilha de Santiago; pois, na segunda metade do século XVI, o concelho de São Lourenço dos Órgãos situava-se entre as nove freguesias da ilha nomeadamente São João da Ribeira de Antónia, provavelmente actual São João Baptista, Santa Catarina do Mato, Santiago Maior, São Miguel, São Nicolau Tolentino na Ribeira de São Domingos, Nossa Senhora da Luz, e Nossa Senhora da Graça.

O concelho de São Lourenço dos Órgãos faz fronteira a Norte (N) com a freguesia de São João da Ribeira do Mundo, Concelho de Santa Catarina sudoeste (SW) com a freguesia de São João Baptista, Concelho da Praia da Sul (S) com a freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos e a nordeste (NE) com a freguesia de Santiago Maior, Concelho de Santa Cruz.

Situa-se então entre as duas cidades da ilha de Santiago, a cidade da Praia, capital do país e a cidade de Assomada.

A sede do concelho em estudo situa-se na vila de João Teves, reunindo as infra-estruturas básicas e elementares para a população. Assim como o próprio país, a freguesia de São Lourenço dos Órgãos também não foge à regra, no que se refere ao clima. Tem pois, um clima tropical seco, árido apresentando-se o micro-clima de altitude, uma vez que o clima torna-se mais suave à medida que se avança para as zonas mais altas, caso de Longueira, Pico d'Antónia, Boca Larga, etc.

## 9.2. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

O concelho de São Lourenço dos Órgãos, situa-se entre as duas cidades da ilha de Santiago, 20 a 25 km da cidade da Praia e 10 a 15 km da cidade de Assomada. (ver anexo nº1)

O concelho tem uma área de 39.5 quilómetro quadrado, distribuído por 15 zonas. (ver anexo nº2)

Podemos destacar dois tipos de povoamento nesta freguesia:

Um povoamento concentrado em algumas zonas, o caso de João Teves, São Jorge e Mercado. A medida que se caminha para zonas mais altas o povoamento começa a dispersar-se.

Nessas zonas encontram-se as principais infra-estruturas. Em vila de João Teves, onde está a sede do concelho, encontra-se a comissão instaladora, um círculo, posto de saúde, posto policial, um telecentro, registo civil e liceu (anexo sobre a Cruz). Para além destas infra-estruturas básicas, em João Teves, existem alguns serviços e pequenas fábricas de iniciativa privada.

Para além de João Teves, São Jorge, situado a nordeste da ponte Orlando Pantera, aproximadamente um quilómetro da estrada principal, constitui um outro ponto de interesse para o investimento. De entre outras infra-estruturas e serviços, encontra-se o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Agrícola (IIDA), um centro de formação profissional, um Posto de Fomento e Pecuária e um Jardim Botânico, único existente no país e um grande perímetro florestal.

É importante realçar que São Jorge possui recursos que explorados de uma forma mais eficaz poderão ser estratégicos para o crescimento económico da freguesia, uma vez que desperta muita atracção turística.

É de distinguir a construção da Barragem de Póilon, a única existente no País, é uma das infra-estruturas que se devidamente utilizado trará grande benefício à economia do concelho. (ver anexo nº 7)

As principais actividades económicas desenvolvidas são, agricultura praticada em duas modalidades, sequeiro e regadio, a criação de gado e pequenos comércio praticados normalmente em moldes tradicionais.

Em relação ao desporto, o concelho desde antigamente tem conhecido algumas práticas desportivas, apesar de delicado, tais como: corrida de cavalo, corrida e o futebol de onze. Com o passar dos tempos as coisas mudaram de figura, com a construção de algumas infra-estruturas desportivas, embora as competições eram quase sempre nas festas de romarias. A partir destas construções houve divulgação de algumas modalidades como o futebol de cinco, basquetebol, andebol e o voleibol. O concelho tem alguns nomes, conhecidos no desporto nacional como o “Escarafi” e “Funa Basto” um na corrida e outro no futebol. Hoje existem alguns que estão a entrar nos nomes nacionais.

## 9. . DADOS GERAIS DA POPULAÇÃO<sup>1</sup>

- População residente = 7.781 habitantes
- Densidade populacional = 122.2 habitante/ km<sup>2</sup>
- População de 15 a 65 anos = 3.45 habitantes
- População activa = 69.6%
- Taxa de Desemprego = 28.9 %

### 2.3.1. POPULAÇÃO ESCOLAR

- Total de alunos no ensino pré-escolar = 325 alunos
- Total de alunos no ensino básico = 1.506 alunos
- Total de alunos no ensino secundário = 627 alunos

<sup>1</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística

## Capítulo III

### 10. METODOLOGIA

O estudo foi realizado com base na recolha de dados. De uma forma indirecta, recorreu-se aos números oficiais existentes, em documentos e outras fontes como Instituto Nacional de Estatística e alguns sites da Internet, e de uma forma directa por meio de um questionário aplicado aos clubes, associações e populações, elaborado com a adaptação a alguns utilizados para os mesmos fins.

O questionário destinado a clubes e associações é composto por dez grupo de perguntas e o questionário às populações está dividido em nove grupo de perguntas, nos quais se procura recolher informações dos elementos desportivo que fazem parte da realidade desportiva do concelho.

Nos tratamentos dos dados utilizou-se o programa SPSS e o Excel para a elaboração dos gráficos.

#### 10.1. AMOSTRA

##### 10.1.1. POPULAÇÃO EM ESTUDO

Tendo em conta o objectivo da investigação, o conhecimento da situação desportiva no concelho de São Lourenço dos Órgãos, a amostra foram os clubes, associações (que desempenham algumas actividades de carácter desportivo), bem como as infra-estruturas existentes no concelho e 341, 10% da população dos 15 aos 65 anos, 3.415 habitantes.

A população em estudo, situa-se entre os 15 a 65 anos. Não consideramos a população com menos de 15 anos, porque duvidamos quanto à sustentabilidade das suas intenções de prática desportiva.



Em relação aos escalões etários a partir dos 65 anos, a razão que nos levaram a não inseri-los no presente estudo estão no facto de, a prática desportiva no seu seio ser bastante diminuta.

Os clubes e associações que fazem parte da amostra são:

Clubes: São Jorge, Ribeirão Galinha, Li Ke Órgon, F.C. Matão, Rapazes Raparigas de Paz (RP), Milão, São Lourenço, Centro Pedagógica de Karaté dos Órgãos, Escola de Basquetebol dos Órgãos, Laje F.C, Os Amigos, Associação de Desenvolvimento de Artes Marciais dos Órgãos (ADAMO); Associações: Jovens Mensageiros da Paz, Expo Órgãos, Grupo Cultural Recreativo para Desenvolvimento de Ribeirão Galinha.

## 11. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 11.1. ESTRUTURAS DESPORTIVAS EXISTENTE NO CONCELHO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS

	GRANDES CAMPOS E JOGOS	PEQUENOS CAMPOS	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS
Nº de infra estruturas	1	2	2

*Quadro n.º 3 – estruturas desportivas existente no concelho*

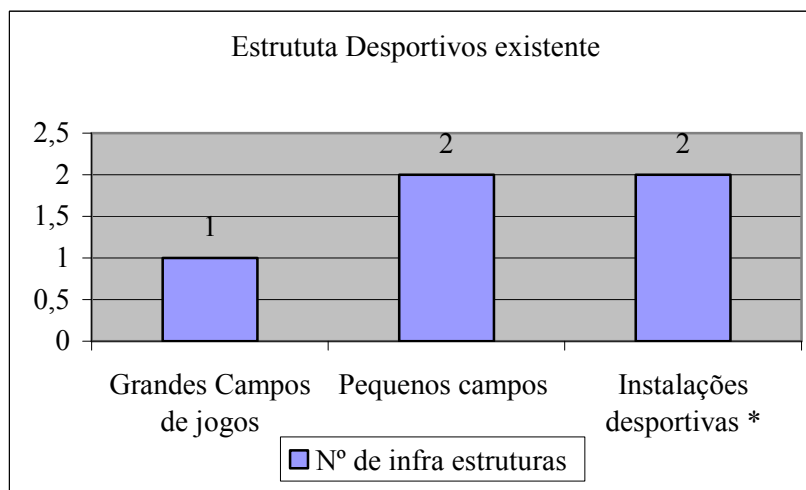


Gráfico nº 1

\* Ainda inacabadas

Como se observa no gráfico, existem no concelho de São Lourenço dos Órgãos, um grande campo de jogo, dois pequenos campos e duas instalações desportivas que ainda estão inacabadas. (ver anexo nº 6)

## 1.2. QUESTIONÁRIOS AOS CLUBES

### 1.2.1. IDENTIFICAÇÕES DOS CLUBES

NOME DO CLUBE	ANO DE FUNDACÃO	ANO DE OFICIALIZAÇÃO	SEDE	TÉCNICO C/FORMAÇÃO	INTERVENÇÃO PLANEADA
São Jorge	*	---	Não	Não	Sim
Milão	*	---	Não	Não	Sim
F.C. Matão	22/07/2002	---	Não	Não	Sim
R.P.	20/06/05	---	Não	Não	Sim
G.D.R.S.Lourenço	21/03/1966	31/10/1985	A Lugada	Não	Sim
Laje F.C.	05/08/2001	---	Não	Não	Sim
Ribeirão Galinha	---/---/1988	---	Não	Não	Sim
Li ke Órgon	---/04/2003	---	Não	Não	Não
Os Amigos	17/03/04	---	Não	Não	Sim

A.D.A.M.O	---/05/2003	---	Não	Sim	Sim
E. B. O.	22/01/2002	---	Não	Não	Sim
C.P.K.O.	10/07/2001	05/02/2003	Não	Não	Sim

Quadro nº 4 – identificações dos Clubes

\*Data de fundação desconhecida.

Legenda: R.P. (Rapazes e raparigas de Paz), G.D.R.S.L. (Grupo desportivo e Recreativo de São Lourenço), A.D.A.M.O. (Associação de Desenvolvimento de Artes Marciais dos Órgãos), E.B.O. (Escola de Basquetebol dos órgãos) e C.P.K.O. (Centro Pedagógico de Karaté dos Órgãos)

Segundo mostra a tabela, a maioria dos clubes (83%) foram fundadas a partir do ano 2001 e 17% antes dessa data; somente dois são oficializados, um tem sede, alugada, um tem técnico com formação, um não tem nenhuma verificação planeada.

### 11.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS CLUBES

NOME DO CLUBE	Nº SÓCIO	Nº PRATICANTES	Nº FEDERADOS	Nº DIRIGENTES	Nº TREINADORES	Nº COLABORADORES
São Jorge	25	25	1	---	---	4
Milão	35	18	---	1	2	6
F.C. Matão	14	14	--	1	---	---
R.P.	46	45	9	--	1	---
S. Lourenço	123	54	28	5	2	6
Laje F.C.	30	19	3	4	2	---
R. Galinha	22	15	---	4	2	2
Li ke Órgon	13	10	---	1	2	2
Os Amigos	16	9	--	3	2	2
A.D.A.M.O.	77	76	---	1	2	1
E. B.O.	120	120	1	1	1	1
C.P.K.O.	42	41	---	11	1	2

Quadro nº 5 – Caracterizações dos clubes

Segundo a tabela relata, a média dos sócios por clubes é aproximadamente 47 elementos, os praticantes é de 37, os federados apresenta em média 4, os dirigentes 3, 1 treinador e 2 colaboradores.

### 11.2.3. FUTURAMENTE O CLUBE PRETENDE ADQUIRIR TÉCNICO COM FORMAÇÃO SUPERIOR

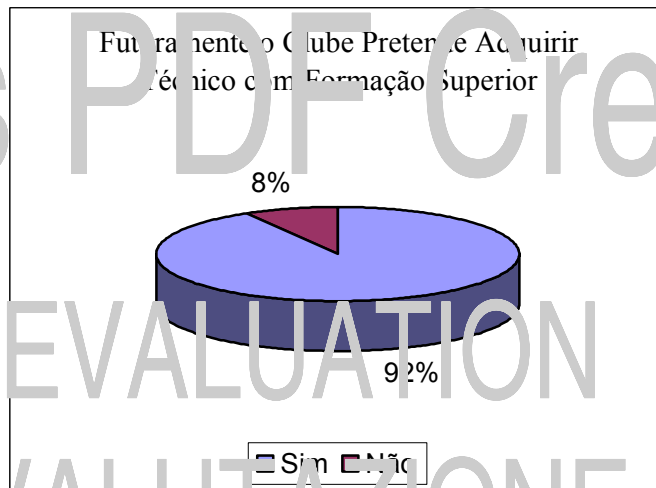
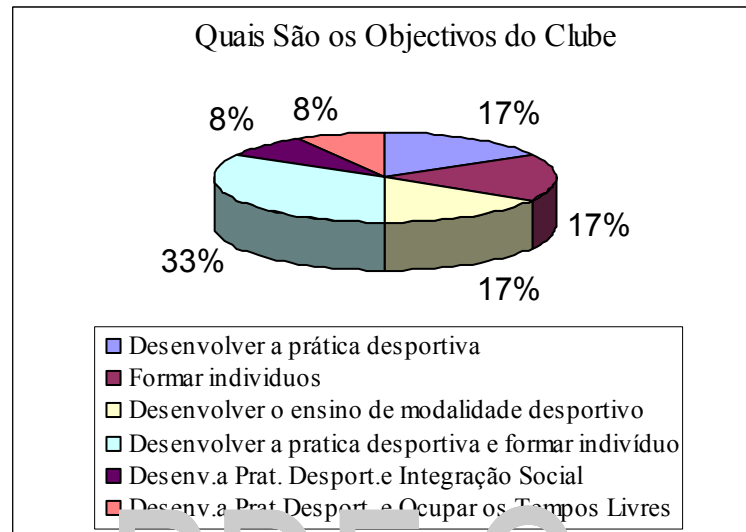


Gráfico nº 2

Segundo o gráfico relata, 92% dos clubes pretendem adquirir técnico com formação superior e 8% não pretende adquirir.

#### 11.2.4. QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS DO CLUBE



Crát. nº.

Segundo o gráfico ilustra, 33% dos clubes tem objectivos de desenvolver a prática desportiva e formar indivíduo, 17% desenvolver o ensino da modalidade/formar indivíduo/developver a prática desportiva e 8% desenvolver a prática desportiva e ocupar os tempos livres/developver a prática desportiva e integração social.

#### 11.2.5. O QUE FAZ O CLUBE PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

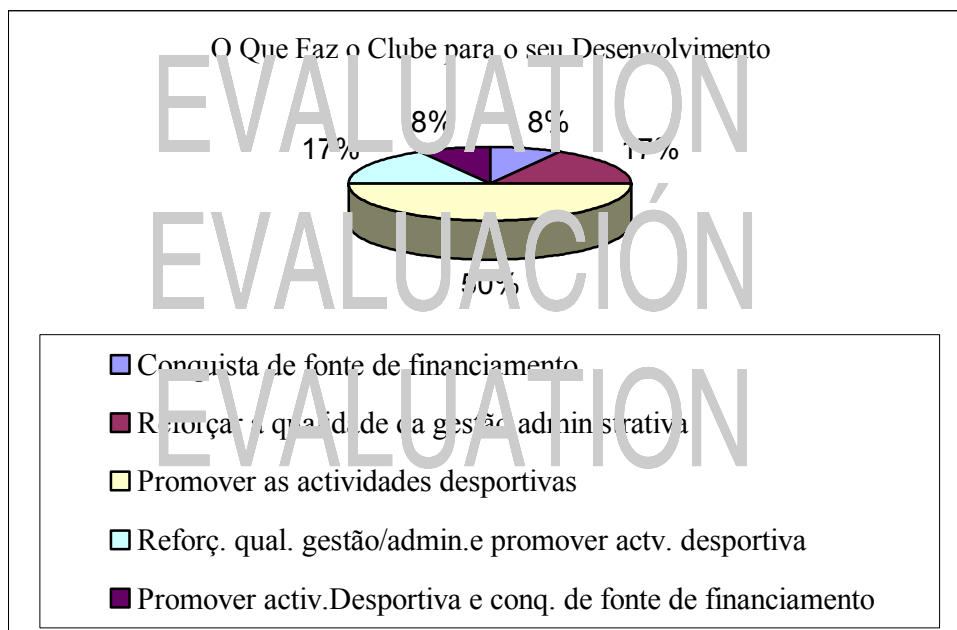


Gráfico nº 4

Segundo o gráfico mostra, 50% dos clubes promovem as actividades desportivas para o seu desenvolvimento, 17% reforça a qualidade de gestão/administração e promover actividades desportiva/reforçar a qualidade de gestão/administração e 8% conquista de fonte de financiamento/promove actividades desportivas e conquistas de fonte de financiamento.

#### 11.2.6. QUAIS SÃO OS FACTORES QUE IMPEDIRAM O CLUBE EM ALCANÇAR MELHORES RESULTADOS

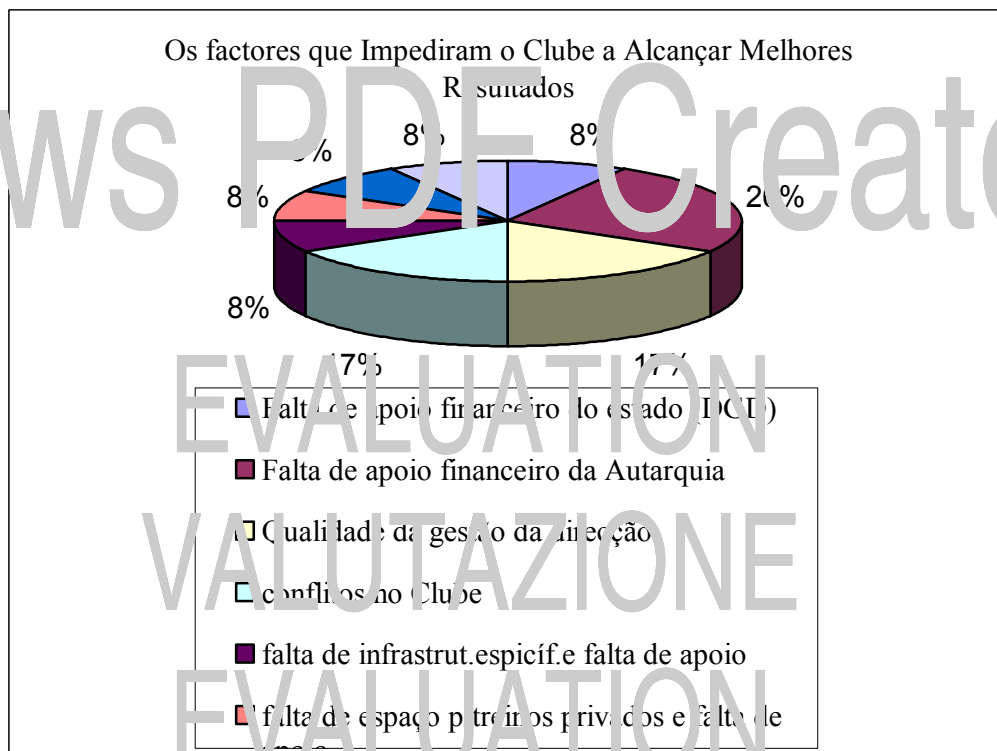


Gráfico nº 5

Segundo o gráfico 25% dos clubes é a falta de apoio por parte da autarquia que os impedem de alcançar melhores resultados, 17% conflito no clube/qualidade de gestão da direcção, 8% falta de apoio do estado (DGD) /falta de infra-estrutura específico e falta de apoio/falta de espaço para treinos privados/ conflito no clube/falta de oficialização.

### 11.2.7. QUAIS AS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA OS CLUBES

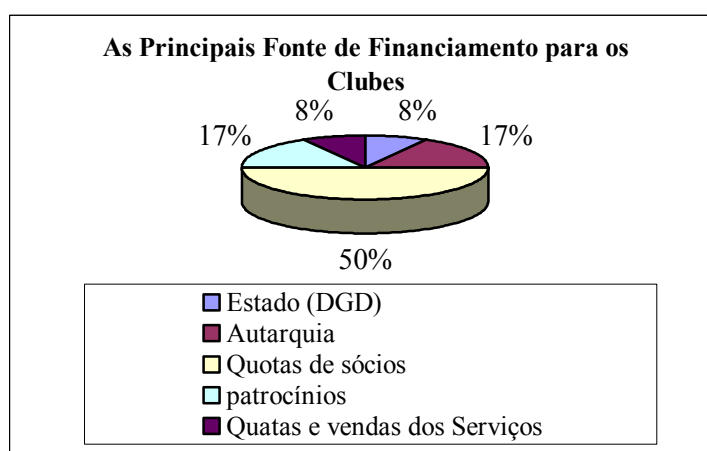


Gráfico nº 6

Segundo o gráfico a principal fonte de financiamento são as quotas de sócios com 50% com 17% da autarquia e patrocínios e 8% do estado, quotas dos serviços e vendas de serviços (bar, festas etc. ...).

### 11.3. QUESTIONÁRIO ÀS ASSOCIAÇÕES

#### 11.3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

NOME DA ASSOCIAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	ANO DE OFICIALIZAÇÃO	SEDE	TÉCNICO C/ FORMAÇÃO	INTERVENÇÃO PLANEADA
Mensageiros da Paz	10/07/1999	---	Cedida	Sim	Sim
Expo Órgãos	03/04/2006	---	Não	Não	Sim
G. R. C. R*	19/08/1999	---	Alugada	Não	Sim

Quadro nº 6 – identificação das associações.

\*Grupo recreativo e Cultural de Ribeirão Galinha

Segundo o quadro relata, nenhuma associação é oficializada, e não tem sede própria, só uma possui técnico com formação.

### 11.3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

NOME DA ASSOCIAÇÃO	Nº DE SÓCIOS	Nº DE PRATICANTE	Nº DE DIRIGENTES
Mensageiros da Paz	37	21	5
Expo Órgãos	28	18	4
G. R. C. R.	28	8	6

Quadro nº 7 - Caracterização das associações

Segundo o quadro, a média do número dos sócios é de 31 elementos, a média dos praticantes é de 15,6 e a de dirigentes é de 5.

### 11.3.3. FUTURAMENTE A ASSOCIAÇÃO PRETENDE ADQUIRIR TÉCNICO COM FORMAÇÃO SUPERIOR

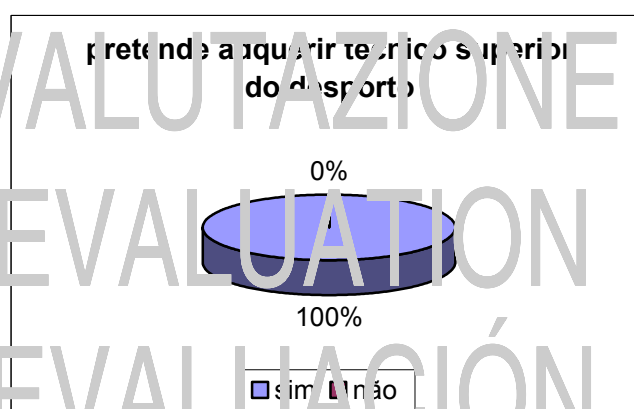


Gráfico nº 7

Todas as associações pretendem adquirir um técnico com formação superior do desporto.



### 11.3.3. QUAIS SÃO OS OBJECTIVOS DA ASSOCIAÇÃO

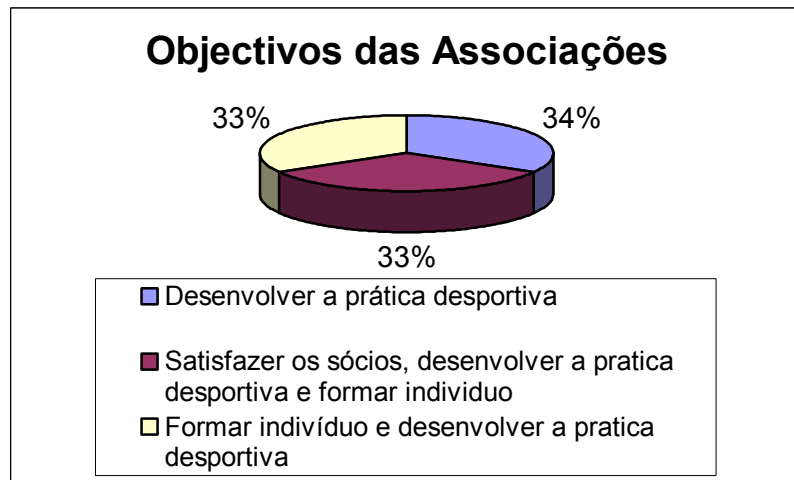


Gráfico nº 8

Segundo o gráfico mostra 34% das associações tem objectivos em desenvolver a prática desportiva e 33% são satisfazer os sócios, desenvolver prática desportiva, formar indivíduo/formar indivíduo e desenvolver a prática desportiva.

### 11.3.4. O QUE FAZ A ASSOCIAÇÃO PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

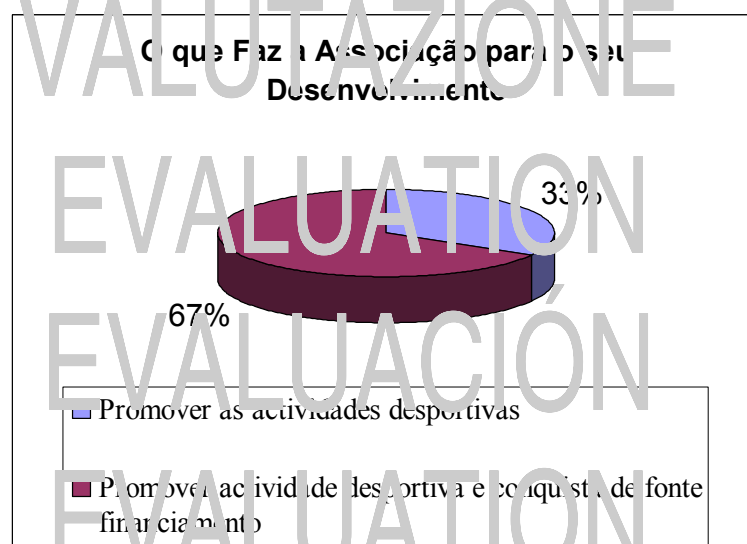


Gráfico nº 9

Segundo o gráfico relata, 67% das associações para os seus desenvolvimentos promovem actividades desportivas e conquista de fontes de financiamentos e 33% promovem as actividades desportivas.

### 11.3.5. QUAIS SÃO OS FACTORES QUE IMPEDIRAM A ASSOCIAÇÃO EM ALCANÇAR MELHORES RESULTADOS

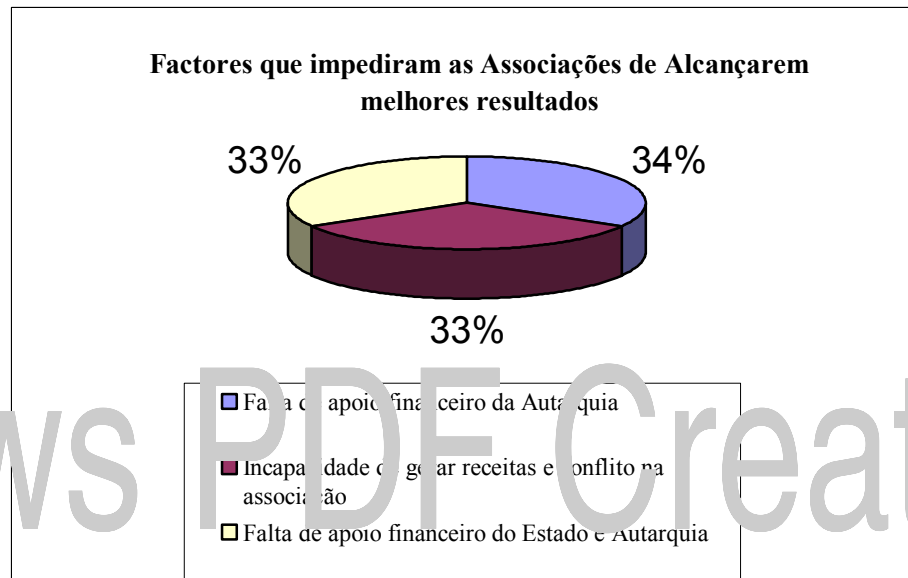


Gráfico nº 10

Segundo o gráfico mostra o que mais impediu as associações a alcançarem melhores resultados é falta de apoio financeiro por parte da autarquia com 34%, depois vem com 33% a incapacidade de gerar receitas/conflito na associação e falta de apoio financeiro do estado e autarquia.

### 11.3.6. QUAIS AS PRINCIPAIS FONTE DE FINANCIAMENTO

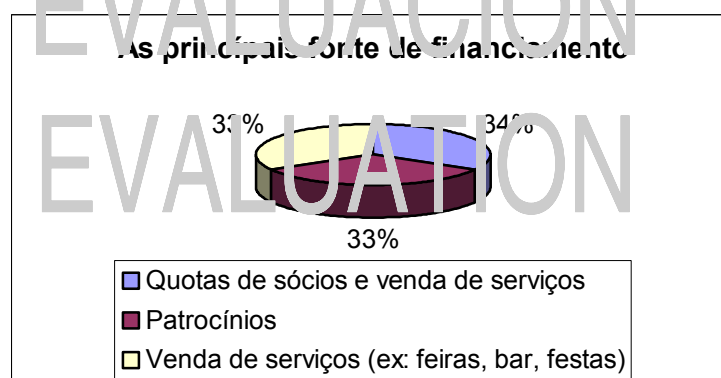


Gráfico nº 11

Segundo o gráfico a fonte que apresenta uma maior percentagem, ou seja 34% da amostra é a quota dos sócios e venda de serviços, depois vem os patrocínios e venda de serviços com 33%.

## 12. POPULAÇÃO

### 12.1. IDADE

Idade	Frequência	Percentagem
(15 - 25)	220	64,5%
(26 - 36)	61	17,9%
(37 - 47)	40	11,7%
(48 - 58)	6	4,7%
(59 - 65)	4	1,2%
Total	341	100,0%

Quadro nº 8 – idade

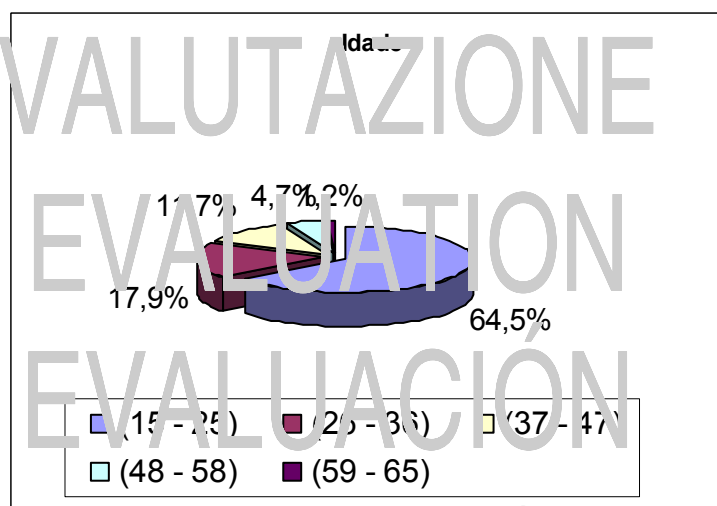


Gráfico nº 12

Segundo a tabela relata, que 64.5% da amostra tem idade compreendida entre 15 a 25 anos, 17.9% entre 26 a 36 anos, 11.7% entre 37 a 47 anos, 4, 7% entre 48 a 58 anos e 1.2% com idade entre 59 a 65 anos.

## 12. 2. GÉNERO

Género	Frequência	Percentagem
Masculino	194	56,9%
Feminino	147	43,1%
Total	341	100,0%

Quadro n° 9 – género

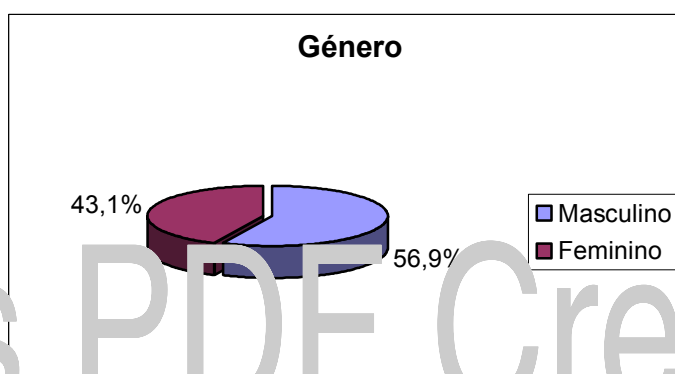


Gráfico n° 13

A tabela mostra, que 56.9% da amostra é do género masculino e 43.1% é feminino.

## 12. 3. PRÁTICA DESPORTIVA

Modalidade	Frequência	Percentagem
Futebolinho	165	48,4%
Basquetebol	17	5,0%
Andebol	24	7,0%
Futebol 11	5	1,5%
Caminhada	3	0,9%
Culturismo	1	0,3%
Voleibol	7	2,1%
Atletismo	8	2,3%
Karaté	15	4,4%
Ginástica R. Desportiva	1	0,3%

<b>Não Pratica</b>		
Falta de tempo	47	13,8%
Não Gosta	20	5,9%
Dificuldade de acesso	14	4,1%
Falta de Orientador	14	4,1%
Total	341	100,0%

*Quadro nº 10 – pratica desporto e não pratica*

A tabela mostra que, 48.4% da amostra pratica futebolinho, 7% pratica andebol, 5% pratica basquetebol, 4.4% karaté, 2.3% atletismo (corrida), 2.1% voleibol, 1.5% futebol de 11, 0.9% caminhada e 0.3% culturismo e ginástica rítmica desportiva.

Jaws PDF Creator

#### **12.4. RAZÕES QUE LEVARAM A NÃO PRATICAR DESPORTO (quadro 10)**

Segundo a tabela, 13.8% da amostra não pratica desporto por falta de tempo, 5.9% porque não gosta, 4.1% por dificuldade de acesso e falta de orientador.

#### **12.5. QUE MODALIDADE GOSTARIA DE PRATICAR**

Modalidade	Frequência	Percentagem
Futebol 11	61	17,9%
Futebolinho	51	15,0%
Voleibol	52	15,2%
Basquetebol	43	12,6%
Andebol	32	9,4%
Atletismo	4	4,1%
Ténis	23	6,7%
Boxe	9	2,6%
Golfo	10	2,9%

Ginástica Rítmica Desportivo	4	1,2%
Judo	22	6,5%
Culturismo	7	2,1%
Natação	3	0,9%
Karaté	3	0,9%
Capoeira	1	0,3%
Caminhada	1	0,3%
Aeróbica	3	0,9%
Total	341	100%

Quadro nº 11 – modalidade preferido

Segundo mostra o quadro, a modalidade mais preferida é o futebol de 11 com 17,9% da amostra a seguir o voleibol com 15,2% de preferência o futebolinho com 15%, seguindo-se o basquetebol com 12,6%, o andebol com 9,4%, ténis com 6,7%, judo com 6,5% e golfe com 2,9%, culturismo 2,1%, ginástica rítmica desportiva com 1,2%, natação, capoeira e aeróbica com 0,9%, capoeira e caminhada com 0,3%.

## 12.6. QUE MODALIDADE GOSTARIA DE VER DESENVOLVIDA NO CONCELHO

Modalidade	Frequência	Percentagem
Futebolinho	82	24,0%
Futebol 11	75	22,0%
Basquetebol	38	11,1%
Capoeira	15	4,4%
Andebol	29	8,5%
Culturismo	4	1,2%
Judo	15	4,4%
Atletismo	10	2,9%
Voleibol	31	9,1%
Natação	1	0,3%

Tênis	11	3,2%
Karatê	17	5,0%
Boxe	5	1,5%
Aeróbica	5	1,5%
Ginástica Rítmica	2	0,9%
Total	341	100,0%

Quadro nº 12 – modalidade que preferia ver desenvolvida no concelho

Segundo a tabela, o futebolinho é a modalidade mais pretendida com 24%, seguindo-lhe o futebol 11 com 22%, 11.1% basquetebol, 9.1% voleibol, 8.5% andebol, 5% karatê, 4.4% judo/capoeira, 3.2% ténis, 2.9% atletismo (corrida), 1.5% boxe/aeróbica, 0.9% ginástica rítmica, 0.3% natação.

### 12.7. PORQUE RAZÃO PRÁTICA DESPORTO

	Frequência	Percentagem
Gosto	145	42,5%
Saúde	28	8,2%
Tempo livre	4	1,2%
Influência	4	1,2%
Competição	12	3,5%
Gosto e Saúde	48	14,1%
Gosto e tempo livre	6	1,8%
Total	341	100,0%

Quadro nº 13 – Razão pela prática desportiva

Vê-se na tabela que, 42,5% da amostra diz que a razão pela prática é o gosto, 14,1% gosto e saúde, 8,2% a saúde, 3,5% pela competição, 1,8% pelo gosto e tempo livre, 1,2% pelo tempo livre e influência.

## 12.8. PRÁTICA DESPORTO

	Frequência	Percentagem
Regularmente	110	32,3%
Fins-de-semana	59	17,3%
Ocasionalmente	51	15,0%
Nas Férias	26	7,6%
Total	341	100,0%

Quadro nº 14 – prática desporto

A tabela diz-nos que 32,3% da amostra pratica desporto regularmente, 17,3% aos fins-de-semana, 15,0% ocasionalmente e 7,6% nas férias.

## 12.9. PERTENCE A ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE CARÁCTER DESPORTIVO

	Frequência	Percentagem
Clube	85	24,9%
Associação	77	22,6%
Grupo	33	9,7%
Não	146	42,8%
Total	341	100,0%

Quadro nº 15 – pertence a alguma organização de carácter desportivo

Segundo a tabela, 24,9% da amostra pertence aos clubes, 22,6% pertence à associações, 9,7% pertence aos grupos e 42,8% da amostra não pertence à nenhuma organização de carácter desportivo.



### 12.10. ONDE PRÁTICA DESPORTO

	Frequência	Percentagem
Escola	23	6,7
Clube	70	20,5
Individual	153	44,9
Total	341	100,0

Quadro nº 16 – onde pratica desporto

A tabela mostra-nos que, 44,9% da amostra pratica desporto de forma individual, 20,5% pratica no clube e 6,7% pratica desporto na escola.

### 12.11. COMO MUNICÍPE O QUE ESPERA DA CÂMARA MUNICIPAL

	Frequência	Percentagem
Construção de infra-estrutura	83	24,3%
Formação de Enquadradores	54	15,8%
Dinamizar os Clubes	67	19,6%
Organização de Competições	37	9,7%
Dinamizar os clubes e organização de competições	40	11,7%
Formação de Enquadradores e dinamizar os clubes	17	5,6%
Construção de infra-estrutura e Formação de Enquadradores	45	13,2%
Total	341	100,0%

Quadro nº 17 – como município o que espera da câmara municipal

A tabela mostra-nos que, 24.3% da amostra espera que a câmara municipal construa infra-estruturas desportivas, 19.6% dinamizar os clubes, 15.8% a formação de enquadadores, 13.2% a construção de infra-estruturas e formação de enquadadores, 11.7% dinamizar os clubes e organização de competições, 5% formação de enquadadores e dinamizar os clubes.

# Jaws PDF Creator

EVALUATION  
VALUTAZIONE  
EVALUATION  
EVALUACIÓN  
EVALUATION

## Capítulo IV

### 13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### 13.1. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou de alguma forma mostrar a situação desportiva do concelho de São Lourenço dos Órgãos:

- A nível de infra-estruturas o concelho possui cinco, por exemplo: um campo grande, dois pequenos campos e duas instalações desportivas ainda inacabadas; (ver anexo nº 1)
- Actualmente existem três (3) associações e doze (12) clubes, que promovem actividades desportivas (futebol de 11, futebolinho, karaté e basquetebol), das quais 2 são oficializadas. A nível dos recursos humanos, verifica-se que os clubes e associações se encontram bastante debilitados apresentando um número de sócios muito baixo. No que diz respeito aos praticantes federados são apenas quarenta e dois (42). Em relação ao pessoal formado na área desportiva praticamente é inexistente;
- As associações e os clubes, apontam como objectivos mais importante o desenvolvimento da prática desportiva, formar indivíduos e desenvolver a prática desportiva/integração social/ desenvolver a prática desportiva e ocupar os tempos livres é dado como menor grau de importância;
- O que mais as associações e os clubes fazem para os seus desenvolvimentos são promover as actividades desportivas e conquista de fonte de financiamento;
- Os factores que mais impediram as associações e os clubes a alcançarem melhores resultados são falta de apoio da autarquia, conflito e a qualidade de gestão;

- As principais fontes de financiamento são as quotas dos sócios, a que menos contribui é a administração pública do desporto (DGD) e venda de serviços de bar por parte das associações e clubes.
- Os dados expostos denotam que a população que procura mais prática desportiva compreende-se entre os 15 aos 25 anos e a menor procura encontra entre os 59 aos 65 anos de idade, e os homens demonstraram ser aqueles que mais praticam desporto, 56.9%, enquanto as mulheres, 43.1%, interligam-se por um lado com o hábito desportivo;
- Estima-se que no total dos praticantes 72.1%, a maior parte cerca de 48.4% praticam o futebolinho (a maioria dos praticantes do futebolinho são praticantes também do futebol de 11) seguindo-se-lhes o andebol e basquetebol com 7% e 6% respectivamente e a menor percentagem 0.3% recai na prática de culturismo (musculação) e ginástica rítmica desportiva;
- Aos que não praticam a maior percentagem 13.8% é por falta de tempo, e a menor de 4.1% é por falta de equipamento e por dificuldade de acesso;
- Modalidades pretendidas: o futebol de 11, voleibol, futebolinho e basquetebol são as modalidades mais pretendidas, com 17.9%, 15.2%, 14% e 12.6% respectivamente, embora os eventuais praticantes se distribuíssem por 17 modalidades, apenas quatro apresentam índices de participação na casa das decimas (quadro nº11). Assim, logo desses 4 (quatro), a escolha recai no andebol com 19.4% seguindo-se-lhes o ténis (6.7%), o judo (6.5%), o atletismo (4.1%), golfo (2.9%), o boxe (2.6%), o culturismo (2.1%), a ginástica rítmica desportiva (1.2%), a natação/karaté/aeróbica (0.9%) e a capoeira/caminhada (0.3%);
- O futebolinho é a modalidade que mais quer ver desenvolvido no concelho, com 24%, a seguir o futebol de 11 com 22%, seguindo-se-lhes, o basquetebol (11.1%), o voleibol (9.1%), andebol (8.5%), karaté (5%), capoeira/judo (4.4%), ténis (3.2%), atletismo (2.9%), boxe/aeróbica (1.5%), ginástica rítmica desportiva (0.9%) e natação com 0.3%;

- O gosto é a maior razão pela prática do desporto no concelho com 42.5%, seguindo-se-lhe o gosto e saúde com 14.1% e o tempo livre e influência com menos peso, 1.2%;
- A maioria dos munícipes desenvolvem a sua prática desportiva regular (32.3%), fora de enquadramento de qualquer clube ou associação, (42.8%). Isso demonstra que a maioria não pratica desporto de forma organizado. Ainda 44.9% dos praticantes praticam de forma individual (não no clube);
- A maioria dos munícipes apostam na construção de infra-estruturas desportivas (24.3%), seguindo dinamizar os clubes (19.6%), o menos esperado é a formação de enquadreadores/dinamizar os clubes (7.0%).

#### 14. RECOMENDAÇÕES:

Após as conclusões obtidas e tendo em conta futuros trabalhos, pensamos ser importante propor o seguinte para o concelho em estudo:

- Formação de dirigentes, deverá ser encarada como uma prioridade, o que será decisivo para a ultrapassagem de muitos dos problemas que afectam o sistema desportivo.
- Mais apoio governamental (DGE e Autarquias locais), financeiro e legislativo;
- Alargamento/ restauração das instalações desportivas e o aumento da qualidade de prática nas mesmas (materiais, especificidade modalidade);
- Criar condições próprias para uma prática espontânea e/ou organizada do desporto e de ocupação dos tempos livres.
- Criar movimentos associativos sustentáveis, dinamizadores do desporto/recreio e da ocupação dos tempos livres.

- Desenvolver acções de formação na área do desporto.
- Fazer a divulgação das modalidades desportivas e actividades recreativas que são possíveis desenvolver no Concelho.
- Criar eventos desportivos simbólicos e regulares ao longo do ano, que envolvam a população local e de outros concelhos.
- Sensibilização, nas escolas, professores e alunos, para a importância da prática desportiva e ocupação dos tempos livres.

# Jaws PDF Creator

EVALUATION  
VALUTAZIONE  
EVALUATION  
EVALUACIÓN  
EVALUATION

## 15. BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, Abel; Pereira, José. (2002), “ **Estratégias dos Clubes de Desporto**. Câmara Municipal de Oeiras, 2002.
- CONSTANTINO, J. M. *O Cidadão e o Desporto - Novas Tendências do Desporto Actual* . In: **Revista Horizonte**, Vol. IX n.º 54, Março / Abril. 1992.
- CONSTANTINO, J. M. (1999). **Desporto, Política e Autarquias**. Lisboa. Livros Horizonte, 1999.
- CONSTANTINO, J. M. *O Desporto e a Comunicação Social*. In: **Revista Horizonte**, Vol. VIII n.º 48, Março / Abril. 1992.
- CUNHA, L. (1993). *Análise da situação desportiva no concelho de Vila Franca de Xira*. **Revista Ludens**. N.º 2. Vol. 13. Abril/Junho.1993
- CUNHA, Luís Miguel - “ **O Espaço, o Desporto, e o Desenvolvimento** ”. MFH edição
- CUSATO, Jean (1993) **Instalações Desportivas**. edição s C ac. 1993.
- FERNANDES, F. (1999) **Desporto em Autonomia. Levantamento e Análise da Situação Desportiva**. Desporto Madeira.
- GARCIA, D. (2000). *Evolução Económica e Social da freguesia de são Lourenço dos Órgãos*. Monografia Não Publicado. Praia: Instituto Superior de Educação.
- MARRIVIOT, Salomé. (1987) **Metodologia da Carta da Prática Desportiva e Recreativa**. Lisboa: Ministério da Cultura – Direcção geral dos Desportos. 1987
- PEREIRA, E.B. *As Sociedades Desportiva, Um Novo Desafio Para as Câmaras Municipais*. In: **Revista Horizonte**. Nº 12. vol. XIV. 1998
- PIRES, Gustavo. *Autarquias e Planeamento Democrático*. In: **Revista Horizonte**. Nº 56. Vol.X. 1993.
- PIRES, Gustavo. *Situação Desportiva (Parte I)* In: **Revista Ludens**, Nº 2, Vol. XIII. Abril / Junho. 1993.
- POVILL, André. *A Gestão Desportiva no âmbito territorial do município*. In: **Revista Ludens**, n.º 3/4. Vol. XIII, Jul/Dez. 1993
- SANCHO, Juan A. SANCHEZ; Eduardo G. Sánchez. (1997) **La Gestión Deportiva Municipal**. Barcelona. Inde publicaciones. 1997.
- Atlas Desportivo Nacional: *Carta da procura da prática Desportiva*. Ministério da Educação – Direcção Geral dos Desportos.

- Carta Desportiva do concelho de Vila Franca de Xira, (1989) – “ed. do depº de Acção Sócio-cultural, CM VFX.”
- Site Internet: <http://www.efdeportes.com/> *Revista Digital* - Buenos Aires - Año 9 - Nº 67 - Diciembre de 2003. 07/04/2006  
<http://www.efdeportes.com/> *Revista Digital* - Buenos Aires - Año 10 - Nº 72 - Mayo de 2004. 05/05/06  
<http://www.Goglee.com>

# Jaws PDF Creator

EVALUATION  
VALUTAZIONE  
EVALUATION  
EVALUACIÓN  
EVALUATION



# Jaws PDF Creator

**ANEXOS**

EVALUATION  
VALUTAZIONE  
EVALUATION  
EVALUACIÓN  
EVALUATION